



2ª Escola Feminista Anual da WoMin

Acra, Gana 7 – 14 de Junho de 2017

“Desenvolvendo o nosso ofício Africano eco-feminista; Fortalecendo as ferramentas da nossa resistência.”



Durante oito dias, de 7 a 14 de Junho de 2017, a WoMin realizou a sua segunda Escola Feminista Anual com quarenta e seis participantes vindas de 11 países da região. O objectivo da 2ª Escola Feminista Anual, organizada pelos nossos parceiros no Gana NETRIGHT, era tornar visível a exploração das mulheres e da natureza. Observando a forma como as economias e sistemas políticos (como os governos, tribunais, a democracia baseada nos partidos políticos, etc) estão configurados e funcionam, a Escola procurou mostrar a forma como as corporações e os ricos beneficiam-se dos recursos naturais como a terra, as florestas, os minerais e a água, muitas vezes às custas do resto da população. Juntas, as participantes trouxeram as suas próprias e diversas experiências para poder compreender como as famílias, comunidades e economias estão estruturadas de forma a fragilizar, marginalizar e explorar as mulheres.

Como um processo, a Escola foi concebida tendo em mente seis compromissos principais:

1. Juntas, começando pelo nosso próprio conhecimento e experiências, construiremos um entendimento num espaço seguro e cuidado.
2. Demonstrar como a violência e a insegurança exacerbada estão relacionadas com a indústria extractiva.

3. Desenvolver uma análise de como o capitalismo e o patriarcado destroem a natureza e as mulheres.
4. Estabelecer as ligações entre a forma como a sociedade vê as mulheres e a natureza.
5. Abrir espaço para que as nossas alternativas passem para primeiro plano e ganhar confiança para viver uma vida boa de forma diferente.
6. Bem-estar consciente: uma alternativa corporal (emocional, física e intelectual) à destruição.

A equipa principal de facilitadoras composta por **Jasmin Nordien** (Holanda e África do Sul), **Nomzamo Mji** (África do Sul) e **Donna Andrews** (África do Sul) lideraram o processo, construindo em torno dos seis compromissos centrais de acordo com com o tema de cada dia. Pessoas chave contribuíram com

aportes relativos aos conceitos e teorias fundamentais, incluindo **Akua Opokua** (Gana) que ajudou o grupo a “localizar os extractivos historicamente e enquanto modo de produção capitalista” e abordou também a questão dos “Legados Coloniais e Dívida Ecológica”; **Lyn Ossome** (Uganda) que apresentou uma “Análise Feminista da Reprodução Social”; **Samantha Hargreaves** que falou sobre “O extractivismo no modelo de desenvolvimento dominante e a crise ecológica”; e **Pascale Hatcher** (Canadá) que participou via Skype para apresentar uma sessão sobre “Instituições multilaterais que influenciam a governação mineira e as normas neoliberais de mineração.” Para reforçar ainda mais o processo analítico colectivo e expandir os debates, foi atribuído a cada participante um conjunto de leituras diárias de apoio, e estas foram convidadas a



assistir inúmeros documentários que punham em destaque as lutas contra o extractivismo por todo o continente, incluindo [The Shore Break](#) (Ryley Grunenwald, 2014) que conta a história da prolongada luta de Amadiba contra a mineração de titânio na África do Sul. As participantes tiveram também a oportunidade de serem facilitadoras ao liderarem sessões de recapitulação nas manhãs e partilharem poderosas histórias (HerStories), estratégias e experiências dos seus próprios contextos e trabalho.

O tema do Dia Um foi **Segurança, Violência e Paz**, e focou-se em acomodar as participantes no espaço e começar com uma suave introdução sobre a forma pela qual o extractivismo afecta os corpos e vidas das mulheres. Cada participante realizou uma Análise de Segurança Humana (um processo que permite que as participantes elaborem um mapa holístico de ameaças e riscos à segurança em todas as esferas das suas vidas, da pessoal à comunitária), e, lideradas por Jasmin Nordien, explorámos os significados em constante evolução de “conflito” e “segurança” - conforme definidos pelo estado, instrumentos de direitos humanos e direito internacional, por intelectuais feministas e de direitos das mulheres, e pelas próprias mulheres. Caminhando para o encerramento do dia, as participantes começaram a debater a Crise Ecológica e as suas implicações de violência e paz nos seus contextos individuais específicos.

Poder, Sistemas e Instituições foi o tema geral do segundo dia, que iniciou com uma análise de como as instituições e sistemas económicos, políticos, sociais e culturais se apresentam. Ao situar-nos na evolução política e histórica dos sistemas que definem muitas das nossas vidas hoje em dia, como por exemplo o patriarcado, colonialismo/imperialismo, esta sessão forneceu as bases para

a contribuição mais incisiva de Akua Opokua que localizou o extractivismo historicamente e enquanto um sistema de desenvolvimento que é assente na exploração das pessoas e dos recursos para obter lucro. Estas discussões sobre economia política foram embasadas por um exercício individual-colectivo no qual cada participante apresentou o seu orçamento e partilhou de que forma os seus contextos demonstram a “economia política” das suas casas e comunidades.

No terceiro dia, o grupo debateu **Desenvolvimento capitalista Vs Desenvolvimento centrado nas mulheres**. Akua Opokua liderou o colectivo em duas sessões importantes sobre o legado do colonialismo e a dívida ecológica e a relação entre as mulheres, os extractivos e a natureza. As participantes mapearam as formas dominantes de extractivismo que existem nos seus países bem como as principais questões enfrentadas pelas populações nesses contextos, incluindo: pobreza, usurpação de terra, conflitos de terra, falta de participação comunitária na definição de desenvolvimento, poluição, escassez de água e problemas de saúde relacionados com as actividades mineiras como silicose, doenças respiratórias, etc. Em seguida, as participantes debruçaram-se em torno de todas as formas em que as mulheres participam, apoiam e arcam com os custos do extractivismo nos seus contextos. A discussão mostrou as formas pelas quais o sistema capitalista prioriza o lucro em detrimento das pessoas, e como o trabalho e contribuições femininas (reprodução social) para a manutenção do sistema são invisibilizados. Opokua situou então a discussão a nível histórico ao introduzir o conceito de “dívida ecológica”, ou seja, “A dívida acumulada pelos países industrializados do norte para com os países de terceiro mundo por conta da pilhagem de recursos e da utilização de espaço ambiental para depositar resíduos”. As participantes discutiram o potencial de utilização deste conceito nas suas lutas e trabalho diário.

Mineração para o Desenvolvimento? Extractivos: Mulheres e Natureza foi o tema geral do quarto dia (e parte do quinto), iniciando com uma apresentação por Skype de Pascale Hatcher sobre instituições Multilaterais que influenciam a governação mineira e as normas neoliberais na mineração. Ao fazer uso de um estudo de caso na Mongólia, Hatcher foi capaz de retratar os impactos de instituições financeiras como o Banco Mundial, trabalhando em conspiração com os governos e as corporações, para impulsionar um modelo específico de desenvolvimento extractivista. Em seguida, Samantha Hargreaves liderou o grupo numa discussão sobre “Extractivismo, ecologia e o conflito de IDEIAS de ‘desenvolvimento’”, que realçou ainda mais as lições aprendidas pelo grupo ao longo do processo, abaixo resumidas:

- Não conseguiremos salvar os ecossistemas e as pessoas fazendo mudanças DENTRO do sistema económico e social dominante – podemos chamá-lo de capitalismo patriarcal capitalista
- A lógica deste sistema é uma lógica orientada para o desperdício, poluição, impactos ambientais e mudanças climáticas catastróficas
- Necessitamos de uma mudança radical e revolucionária na forma como vemos o desenvolvimento – como vemos e nos relacionamos com a natureza, uns com os outros, e, derradeiramente, com o planeta. O modo Capitalista dominante de produção e distribuição de bens e serviços para o lucro de alguns deve ser erradicado
- A visão alternativa de desenvolvimento que necessitamos pode vir de uma análise e construção de movimento eco-feministas.

O Dia Seis, com o tema **Reprodução Social e sua relação com os extractivos**, iniciou com uma introdução mais aprofundada sobre a WoMin liderada pela Samantha, seguida por uma sessão de Nomzamo Mji sobre “Quadro legal e jargão – de quem é a linguagem e conceito de consentimento?” Esta sessão permitiu que as participantes debatessem a forma pela qual a legislação define o desenvolvimento e quem tem direito ao desenvolvimento. Levantou também uma provocação ao grupo sobre a questão de qual a melhor forma para usar a lei nas lutas de cada uma pela justiça. Em seguida, Lyn Ossome trouxe uma análise crítica em torno da reprodução social – o trabalho visível e

invisível, desempenhado maioritariamente por mulheres, que sustenta o sistema capitalista dominante de produção e desenvolvimento. Esta sessão convidou as participantes a desenvolverem uma análise radical da economia política, destacando o papel fundamental que as mulheres desempenham em todos os níveis económicos. Relativamente a extractivos, o grupo foi mais a fundo para identificar as formas visíveis, invisíveis e sexistas de trabalho desempenhado por mulheres que mantêm o sistema, por exemplo o trabalho de cuidadoras e o trabalho sexual.

Na noite de Sábado, 10 de Junho, a NETRIGHT – Gana realizou um evento no qual Patricia Blankson Akakpo (Directora) partilhou a jornada da organização desde a sua criação em 1999. A ela juntaram-se os membros do Conselho da NETRIGHT. A noite foi marcada por trocas, solidariedade e celebração com participantes do Uganda, Moçambique, Serra Leoa e Zimbabué a partilhar histórias de organizações de mulheres nos seus contextos individuais.



Os últimos dois dias da escola começaram a consolidar uma reflexão colectiva sobre **“alternativas”**, ora por meio do poder das histórias **“Herstory”** ora pelo uso de Quadros Legais e outras **ferramentas de resistência**. Nomzamo Mji liderou o grupo numa discussão em torno dos prós e contras da litigação estratégica, e de como a lei consuetudinária tem um potencial enorme para as comunidades que lutam pelo seu direito ao desenvolvimento. Duas participantes, Lebogang Ngobeni e Gizela Feliciano Zungeze fizeram contribuições chave sobre as suas experiências no Tribunal dos Povos (Swazilândia, 2016) e sobre como as suas comunidades, na África do Sul e Moçambique, respectivamente, utilizaram esse espaço para o seu auto-empoderamento, para partilhar a sua história e estabelecer ligações e alianças com activistas de base de todo o continente. Em seguida Mela Chiponda (Zimbabué), da WoMin, liderou uma discussão em torno da Visão Africana de Mineração (AMV, na sua sigla em inglês), questionando se esta visão fala com as/pelas mulheres ou não. Em conjunto, o grupo debateu o texto da AMV, que promove os extractivos como o caminho para o desenvolvimento dos países Africanos. A partir de todas as nossas discussões neste espaço sobre o impacto dos extractivos, a AMV não representa os interesses da maioria das mulheres Africanas.



Visionando Alternativas:



